

ETNICIDADES INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO ESCOLAR DOS SERTÕES DE CRATEÚS- CEARÁ.

Autor: Marcelo Claro Laranjeira; **Co-autores:** Bárbara Neres Carvalho;
Caio Paiva Fernandes; **Orientador:** Zilfran Varela Fontenele

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, marceloclaro@gmail.com.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, barbaranerees@hotmail.com.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, caio_fernandes2013@hotmail.com.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, zilfran.fontenele@ifce.edu.br.*

RESUMO

No município de Crateús, na década de 90, iniciou-se o processo de mobilização sociopolítico, resultante na constituição dos grupos Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara, Tupinambá e Guarani. Promovida pela ação da Pastoral Raízes Indígenas da Diocese de Crateús, tal articulação foi empreendida por moradores da zona urbana da cidade, formando nove aldeias, onde a Escola Municipal Airam Veras recebe atualmente esse público como discente no ensino básico. O referido artigo objetiva analisar a etnicidade dos que compõem estas coletividades, considerando implicações de contextos urbano/rural, já que os mesmos localizam-se na periferia, sendo dependentes direta ou indiretamente de atividades camponesas, objetivando também, saber qual o papel da escola regular nesta construção. Para atingir a finalidade desse estudo relacionamos etnicidade, etnologia indígena, antropologia urbana e suas relações com as atividades campestres, com o intuito de usar essas informações para a produção de projetos políticos pedagógicos que contemple melhor os grupos indígenas que é maioria na comunidade escolar citada. Por meio de relatos etnográficos que integra texto e imagem, evidenciamos o processo de urbanização da cidade, mostrando como ela se tornou um polo universitário distribuidor de bens e serviços, onde se encontra em plena revolução técnico-científico-informacional no Centro-oeste do Ceará, privilegiando a visão dos indígenas discentes e examinando como vivem, sua percepção da cidade, das experiências exercidas nas devidas atividades e do ser indígena nestes espaços, principalmente educacional, onde o conceito de identidade encaixa-se na multilocalização proposto por Marcus. Revelou-se então, apropriado para essa análise, pois afirma que a identidade de alguém no local onde mora, entre vizinhos, amigos, parentes ou pessoas estranhas é apenas um dos contextos sociais, e talvez, nem seja o mais importante na formação de uma identidade” (MARCUS, 1991), e sim, compara-la à noção contrastiva, tomando-a como a essência da identidade étnica, a saber que, quando uma pessoa ou grupo se assevera como tal, o faz como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defronta; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do “Nós diante dos Outros”, jamais se afirmando isoladamente. O certo é que um membro de grupo indígena não invoca sua pertinência tribal a não ser quando posto em confronto com membros de outra etnia. O caráter em contraste desta identificação constitui assim um atributo essencial da identidade étnica (OLIVEIRA, 1976). Logo as discussões foram adotadas devido à crença de que no interior dos grupos sociais que vivenciam fatos e situações específicas, são constituídas opiniões informais e abrangentes, que influenciam normativamente na consciência e no comportamento dos indivíduos. Portanto, as técnicas de coleta de dados, possuem a função de complementar a observação, que focaliza mais fortemente o comportamento e as relações (MINAYO, 1994). E assim, através da abordagem das trajetórias dos núcleos familiares que compõem a coletividade estudada é apresentado como se constituiu tais grupos, influência dos agentes externos, lógica da adoção dos etnônimos e os múltiplos contextos de edificação da identidade étnica. A política indígena e suas relações são contempladas, expondo as disputas, o protagonismo dos sujeitos envolvidos e o processo de institucionalização da etnicidade com seus impactos na educação não indígena. Por fim, são apreciados impasses que se apresentaram no reconhecimento da indianidade e o acesso aos seus direitos, devido à localização no contexto urbano e o papel da escola regular não indígena oficialmente inserida na comunidade, revelando como se constituiu a categoria “Terra de origem” e os processos de territorialização empreendidos.

Palavras-Chave: Educação urbana; Etnônimos urbanos; Etnicidades indígenas sertanejas.

(83) 3322.3222 1

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

INTRODUÇÃO

Em Crateús-Ce, meados de 1990, iniciaram-se inúmeros processos e fenômenos sociais com declinação progressistas, fruto do episcopado e primeiro bispo da cidade, o paraibano Dom Antônio Batista Fragoso que assumiu como projeto de seu trabalho na igreja às propostas do Pacto das Catacumbas de 1965, oriundo do Concílio Vaticano II. Onde influenciou a corrente teológica cristã latino-americana, surgida na Conferência de Medellín em 1968, chamada de Teologia da Libertação. Tal movimento supradenominacional, apartidário e inclusivista de teologia política da pastoral das regiões sertanejas crateuense e dos Inhamus, no período entre as décadas de 60 à 90 (Thomé, 1994 e Montenegro, 2019), encabeçado principalmente por Dom Fragoso foi decisivo para as organizações das pastorais sociais, sindicatos e assentados atuantes até hoje.

As experiências das organizações das igrejas na região, motivadas pela escassez de água, reforma agrária, e libertação das classes mais pobres, resultou também nos grupos étnicos indígenas, Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara, Tupinambá e Guarani. Promovido por ação da Pastoral Raízes Indígenas da Diocese de Crateús, articulando moradores da zona urbana, dando origem a nove aldeias (LIMA, 2010), em terrenos periféricos do centro urbano, construindo casas para famílias carentes e distribuindo donativos que através de multirão edificava os cômodos para abrigos, reuniões e salas de aulas para o centro comunitário.

Segundo Palitot (2008), situadas no espaço geográfico de expansão da cidade nos sentidos sudoeste, os conjuntos, periferias ou bairros, assim chamados, antes do reconhecimento e cadastramento étnico indígena na área em abril de 2008, junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, respectivamente foram adotados o epíteto de aldeias, para melhor adequar-se ao cadastro oficial. Logo, das nove aldeias, a única que não teve assessoria das pastorais foi a aldeia Maratoã, próxima ao centro comercial, e das principais instituições educacionais de nível superior, sendo a Universidade Federal do Ceará - UFC e o Instituto Federal do Ceará – IFCE, margeando a principal bacia hídrica da cidade, o rio Poty, possuindo um contingente étnico, pioneiro na identificação indígena, do tronco Familiar Tabajara-Kariri da Dona Tereza Kariri, matriarca dessa família, no qual assumindo-se indígena publicamente em 1988, durante uma romaria à cidade de Canindé – Ce, quando foi acoçada pela missionária Maria Amélia Leite da Associação Missão Tremembé, que abismou-se com o fenótipo tipicamente indígena de D. Tereza e sua prole.

Atualmente a mesma, junto à suas filhas Cristina e Tetê, administram um colégio indígena de ensino infantil que funciona numa residência alugada, vizinho a de sua família desde 2007, chamada de Escola Raízes Indígenas, depois mudando o nome para Escola Tabajara-Kariri, cuja mantenedora é de competência do Governo do Estado e localizada na Aldeia de Maratoã, juntamente com a Escola Municipal de Cidadania Airam Veras que está inserida a menos de 200 metros da escola indígena, fornecendo o ensino básico do fundamental I no regime integral, no qual, o pesquisador está inserido e atua como professor do 5º ano do ensino fundamental I, o mesmo após objetivar trabalhos pedagógicos, vivenciados in loco, identificou evidências de indianidade entre aprendentes, que deveriam ser quantificados, qualificados e discutidos no Projeto Político Pedagógico – PPP e Universidades que por sua vez estão entorno dessa realidade.

Este artigo, objetiva analisar e identificar a etnicidade escolar contida coletivamente, quantificando e qualificando, através das manifestações que estão inseridas nos contextos urbano/rural, já que os mesmos localizam-se na periferia, sendo dependentes direta ou indiretamente de atividades camponesas e posteriormente discutir qual o papel da escola regular na construção etnocêntrica. Para atingir a finalidade desse estudo, relacionamos etnicidade, etnologia indígena, antropologia urbana e suas relações com as atividades campestres, no intuito de usar essas informações para a produção de projetos políticos pedagógicos – PPP, que

contemplem melhor os grupos indígenas e não indígenas que mutuamente correlacionam-se em sala de aula.

METODOLOGIA

Através dos relatos, etnograficamente integrados aos textos/imagens, retirados das instituições locais, tais como: a diocese, registros da biblioteca municipal, o acervo da academia de letras da cidade, sindicatos rurais, associações indígenas, escolas de ensino básico e universidades, evidenciamos os processos de urbanização da cidade, mostrando como se tornou um polo universitário, distribuidor de bens e serviços em plena revolução técnico-científico-informacional no Centro-oeste do Ceará. Logo, privilegiamos a perspectiva polifônica dos indígenas, o discurso dos discentes, contextualizando numa alternativa etnográfica modernista. Que segundo Marcus (1991), valoriza a memória coletiva e individual nos seus múltiplos sinais e expressões, onde se encontram fatos que comprovam o autoreconhecimento do indivíduo ao nível local de sua identidade, emergindo-se no seio de outras associações que se processam na sobreposição destas memórias grupais da sociedade contemporânea, na qual a “voz/discurso” na análise estrutural do fenômeno cultural no loco examinado, evita ofuscamento dos processos pela complexidade da memória escrita.

Assim, a percepção da cidade e das experiências exercidas do sujeito e do ser indígena nestes espaços (principalmente educacional), são facilmente registrados e confrontados, gerando conceitos de identidade, encaixados na multilocalização proposta por Marcus (1991), reconhecendo ainda que, as inovações tecnológicas atuantes nos impulsos integrativos e dispersivos culturais, fragmentam-se em múltiplas e sobrepostas identidades, características também da sociedade moderna (MARCUS, 1991). Usando da bifocalidade da “voz/discurso” dos discentes e seus registros documentados, além dos paradoxos rural/urbano, mapeando e quantificando, para determinar grupos indígenas urbanos, que só se esboçam no cotidiano escolar pela vivência dos mesmos com o pesquisador que como citado anteriormente, atua como professor na referida comunidade a três anos. Levantando dados de registros de indianidade contidas nas autodeclarações do censo escolar e livro de matrículas dos alunos da Escola Airam Veras, do cadastramento das famílias na associação indígena Tabajara-Kariri, do censo escolar da Escola Tabajara-Kariri, levantamento de números demográficos indígenas locais na plataforma “Dados do IBGE – SIDRA”, e das agentes de saúde indígena municipal. Ao confrontarmos esses dados com os discursos levantados pelas entrevistas, buscando confirmar laços familiares com documentos de comprovação parental – identidade e certidões (nascimento e vacinação), percebemos que os registros da representatividade étnica indígena local para a Escola Municipal de Cidadania Airam Veras e de comum acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, foi constatado que não há registros de população autodeclarante indígena na aldeia de Maratoã.

Enquanto isso, cruzando os dados da associação Tabajara-Kariri, da Escola Estadual Tabajara-Kariri e dos agentes de saúde indígena do Programa Saúde da Família – PSF, juntamente com o levantamento da árvore genealógica dos discentes matriculados na Escola Airam Veras, munidos dos documentos parentais, que já demonstrava laços parentais do tronco familiar de Dona Tereza Kariri – Tabajara-Kariri. Além dos números demográficos que vem crescendo acima da média nacional, comparando com índices nacionais do IBGE. A escola estudada, Airam Veras, saiu no ano de 2016, com 11% dos alunos do 5º ano autodeclarantes indígenas, em 2017, subiu para 66% dos alunos indígenas em sala, tendo entre os discentes, uma que oralizava a língua tupi, já no final de 2018, chegou a 73% dos alunos identificados como indígenas e que manifestavam indianidade em trabalhos pedagógicos de valorização da família na escola, na produção do artesanato e na língua tupi oralizada em sala.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Afirmar que a identidade de alguém é definida no local onde mora, entre vizinhos, amigos, parentes ou estranhos, é apenas um dos contextos sociais e limitados, e talvez, nem seja o mais importante na formação de uma identidade (MARCUS, 1991), mas, compará-la à noção contrastiva, entre a semelhança e a diferença do sujeito, no curso do tempo, num jogo dialético, defrontado através das oposições, à saber, da identidade étnica indianista (OLIVEIRA, 1974). Tal consciência etnográfica de coletas de dados foram contempladas na Escola Airam Veras, na identificação étnica, com função complementar aos textos/imagens descritivos dos registros de parentesco/escolar/associação/FUNAI e outras, além do comportamento e as relações dos sujeitos (MINAYO, 1994), no espaço escolar.

Numa abordagem nucleada da trajetória familiar, no qual a aldeia de Maratoã foi ocupada e organizada, onde a maioria do seu contingente possui laços parentais com a pioneira na identificação indígena, D. Tereza Kariri, por essa ligação e memória familiar recente, tornou-se fácil encontrar evidências do crescimento populacional escolar de indígenas, superando ao do IBGE (Brasil 2010), a média de crescimento no nordeste é de 4,7% ao ano em 2010.

A representação indígena da Escola Airam Veras saiu dos 11% dos discentes em 2016, passando para 66% no ano 2017 e chegando a 73% dos matriculados em 2018, provenientes de 9 aldeias em Crateús. Sendo estes dados invisíveis para o corpo técnico pedagógico municipal e a gestão pública. Tal invisibilidade é fruto da disputa pelas territorialidades econômicas locais e da especulação imobiliária pelos etnônimos envolvidos, é refletida no levantamento do IBGE – SIDRA no bairro de Maratoã, assim classificado pelo mesmo, em seu censo de 2010, a representatividade indígena é nula, mesmo possuindo duas escolas indígenas no local, cadastradas ao censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, sendo este uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, a associação Tabajara-Kariri cadastrada pela FUNAI, e o PSF da Saúde Indígena pela FUNASA.

Os etnônimos em seus múltiplos contextos e suas relações urbanas permitiram contemplar quantitativamente e qualitativamente as disputas na pesquisa, ao comparar os dados após serem analisadas as entrevistas, o protagonismo dos sujeitos envolvidos e o processo de institucionalização das etnicidades dominantes dentro das aldeias, principalmente de Maratoã, localizada às proximidades dos campi universitários e dos conjuntos habitacionais, loteados no entorno, o principal objetivo dessa disputa é descaracterizar o epíteto “aldeia urbana” consequência da oficialização do mesmo pela FUNAI/FUNASA.

Portanto, a escola municipalizada torna-se instrumento de institucionalização das etnicidades, os impactos provocados por esse fenômeno, são refletidos no desempenho, na educação pública do loco estudado, averiguando-se que os grupos invisíveis e até então com problemas pedagógicos – (evasão/indisciplina/baixo rendimento) – era na verdade, maioria dos alunos indígenas provenientes das escolas indígenas da cidade, que ao todo são quatro, prejudicado assim, os resultados de avaliações externas educacionais da Escola Municipal de Cidadania Airam Veras, por falta de programa de adaptação e adequação à realidade dos indivíduos ali matriculados, além do prejuízo cultural, da identidade étnica e agravado a baixa estima do sujeito, considerado vulnerável, também os dados demonstraram que a maioria dos discentes, junto aos núcleos familiares, matriarcais, representados por 64% dos etnônimos, estavam ligados à atividades camponesas emanando força de trabalho infantil e assim interferindo na construção da identidade étnica e desempenho educacional das crianças nas aldeias.

Logo, não estando oficialmente inseridas no Projeto Político Pedagógico – PPP e outros programas de amparo social voltados aos indígenas, revelou a pesquisa que tal reconhecimento

constituiria perca autônoma da gestão municipal sobre a escola estudada, passando às associações indígenas, e com isso, todos os processos de territorialização educacionais, empreendidos e economia local, mostrando que os interesses públicos e econômicos dos etnônimos dominantes utilizam-se como ferramentas de controle étnico à escola estudada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (Org.). **O Brasil Indígena**. 2018. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BETTO, Frei. **O Que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998 (Coleção Primeiros Passos).

BEZERRA, Luis. **Origem de Crateús. In: Crateús, Ceará, 50 anos de cidade, 1911-1961**. Crateús – Ce: Prefeitura Municipal de Crateús, 1961.

CEARÁ (Estado). PORTARIA Nº1305/2018 – GAB., de 20 de novembro de 2018. **Estabelece As normas para Matrícula dos Estudantes nas Escolas Públicas Estaduais para o Ano de 2019 e dá outras providências**. 216. ed. Fortaleza, CE: Diário Oficial do Estado, n. 216, Seção 3, p. 26-31.

(IBGE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Unidade Territorial**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=23921&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 24 out. 2018.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Etnicidade indígena no contexto urbano**: Uma etnografia sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús. 2010. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Cap. 7. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/903/1/arquivo7525_1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, Usp, n.34, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111301/109532>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec/abrasco, 2000. 269 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/109631646/8-O-Desafio-Do-Conhecimento#download>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MONTENEGRO, Antonio. **Arquiteto da Memória. Uma Memória de Crateús**. (2018). Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/266907780>>_ Acesso em: 10 out. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Série antropologia - 6**: Um conceito antropológico de identidade. 1974. Disponível em: <www.dan.unb.br/images/doc/Serie006empdf.doc>. Acesso em: 10 out. 2018.

PALITOT, Estêvão Martins. **Descobrir-se índio na cidade: as aldeias urbanas em crateús/ceará.** 2008. Disponível em:

<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2034/Artigo%20RBA%202008%20Est%C3%AAv%C3%A3o%20Palitot%20GT%2034.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

THOMÉ, Yolanda B. **Crateús. Um povo, uma Igreja.** São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 23.